

LF  
320.981  
V614  
ERB

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA  
INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

Nova Série — Fascículo IV

LUÍS VIANNA FILHO

EVOCAÇÃO  
DE  
RUI BARBOSA



LISBOA

1978



EVOCAÇÃO  
DE  
RUI BARBOSA



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA  
INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

Nova Série — Fascículo IV

---

LUÍS VIANNA FILHO

EVOCAÇÃO  
DE  
RUI BARBOSA



LISBOA

1978



*Em 17 de Outubro de 1977, pelas 17 horas, realizou-se uma sessão solene no Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, para a recepção como novo académico correspondente do Senhor Dr. Luís Vianna Filho, membro da Academia Brasileira de Letras e notável historiador.*

*Estavam presentes, além de muitos académicos, o General Carlos Alberto da Fontoura, Embaixador do Brasil, o representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Secretário de Estado do Ensino Superior e outras individualidades da vida cultural portuguesa. Presente ainda o Senhor Prof. Doutor Pedro Calmon, Reitor Honorário da Universidade do Rio de Janeiro e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

*Usou da palavra, em primeiro lugar, o Senhor Doutor António de Almeida Costa, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, que*

*agradeceu o busto de Machado de Assis que na mesma cerimónia, por generosa oferta da Academia Brasileira de Letras, passava a figurar na entrada de honra da Academia. O orador congratulou-se com o espirito de amizade que une as duas instituições e que serve os reais interesses da Cultura luso-brasileira. Respondeu o Senhor Prof. Doutor Pedro Calmon que, numa admirável saudação, pôs em relevo o valor da lingua portuguesa como a mais alta expressão do génio lusíada espalhado pelo Mundo.*

*Entrando na ordem da sessão, o Senhor Prof. Doutor Jacinto do Prado Coelho, Vice-Presidente da Academia, fez a apresentação de Luís Vianna Filho, seguindo-se a conferência deste, subordinada ao tema «Evocação de Rui Barbosa», que se publica na íntegra.*

*Lisboa, Fevereiro de 1978.*

## APRESENTAÇÃO DE LUÍS VIANNA FILHO

Pelo Prof. Doutor Jacinto do Prado Coelho

Senhor Presidente,  
Senhor Representante do Ministro dos Negócios  
Estrangeiros,  
Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior,  
Senhor Embaixador do Brasil,  
Prezados confrades,  
Senhoras e Senhores:

A conferência que vamos ouvir, promovida pelo nosso Instituto de Altos Estudos, é a primeira colaboração que nos dá o Prof. Luís Vianna Filho, sócio correspondente brasileiro, e representa, por assim dizer, a sua efectiva tomada de posse. Cabe-me, pois, o dever, extremamente grato, de lhe dizer quanto a Academia, e em particular a Classe de Letras, se sente feliz e honrada com a sua presença aqui, e de formular o voto de que ela se repita nos próximos anos, em que decerto estreitaremos mais e mais as relações tradicionalmente fraternas entre as nossas duas instituições.

Orgulhamo-nos de ver no nosso grémio Luís Vianna Filho, grande amigo de Portugal e um dos altos expoentes da cultura brasileira de hoje. Filho do conselheiro Luís Viana, é baiano desde o registo de nascimento (pois acidentalmente nasceu em Paris) — e no Salvador fez o curso secundário e se diplomou em 1929 em Ciências Jurídicas.

Ainda estudante, começou a dedicar-se ao jornalismo, como redactor do *Diário da Bahia* (1925) e de *A Tarde* (de 1929 em diante). A partir da licenciatura, a sua actividade iria derramar-se por este e outros sectores, incluindo a advocacia, o ensino, a política, a administração e a literatura.

Em 1934 foi eleito deputado da Câmara Federal, regressando à Bahia em 1937, por uma revolução ter posto a vigorar a ditadura. Eleito deputado à Constituinte em 1945, foi sucessivamente reeleito até 1966. Em 1964, dirigiu a Casa Civil do Presidente Castelo Branco (experiência de que resultou um livro: *O Governo Castelo Branco*, 1975; 3.<sup>a</sup> edição,

1976) e sobraçou a pasta da Justiça. De 1967 a 71 vêmo-lo Governador do Estado da Bahia. Actualmente defende os interesses da Bahia no Senado Federal.

Entretanto, integrava, em 1933, o corpo docente da Faculdade de Direito da Bahia como professor contratado de Direito Internacional Público; em 1940, ganhava por concurso duas cátedras: a de Direito Internacional Privado, na Faculdade de Direito, e a de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia. E nas horas de recolhimento, obedecendo a entra-nhada vocação literária, ia compondo livros como, designadamente: *A Língua do Brasil* (1938), *A Vida de Rui Barbosa* (1941) — agora na 8.<sup>a</sup> edição, do corrente ano —, *A Verdade na Biografia* (1946) *Rui e Nabuco* (1949), *A Vida de Joaquim Nabuco* (1952), *A Vida do Barão do Rio Branco* (1959), *A Vida de Machado de Assis* (1965, 2.<sup>a</sup> ed., 1974) e a *Vida de José de Alencar* (no prelo). Os seus méritos de investigador e de escritor foram con-

sagrados tanto no Brasil como em Portugal, com a entrada na Academia Brasileira de Letras, onde lhe pertence a cadeira que tem como patrono uma grande figura da nossa Academia e da comunidade luso-brasileira, José Bonifácio de Andrada e Silva, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Academia de Letras da Bahia, na Academia das Ciências de Lisboa e na Academia Portuguesa da História.

Vianna Filho é um mestre da arte de biografar. Entende a biografia ao mesmo tempo como serena, documentada reconstituição histórica, como ensaio psicológico e como estudo literário. Aos biógrafos — adverte — «é vedada qualquer concessão à fantasia ou à imaginação, precisam buscar a verdade trabalhosamente». A sua *Vida de Rui Barbosa* — acentua — «tinha por objectivo um honesto retrato do biografado». Quando se trata da vida dum escritor, correm-se perigos para que Luís Vianna Filho chama a atenção: «os biógrafos são às vezes levados a confundir o biografado com as suas perso-

nagens. Na realidade, nada mais perigoso, arbitrário e capaz de conduzir a erros». No prisma do nosso ilustre conferencista, a biografia dum escritor deve contribuir para a compreensão da sua obra: «aqui buscamos fixar principalmente o homem, a fim de melhor entendermos o Escritor» — lê-se no limiar da *Vida de Machado de Assis*.

Mas a biografia desempenha também uma função cívica, pedagógica; por exemplo, a de mostrar em Rui Barbosa o «incomparável cidadão». Assim, para Vianna Filho, a biografia pode ser uma forma de luta: «sob o arbítrio da ditadura, tudo conspirava para que nos voltássemos para o incomparável paladino da liberdade no Brasil».

Suponho que estas ideias teóricas foram nascendo da prática do género. E o melhor é que Vianna Filho, falando-nos de Rui Barbosa, nos mostre desde já em concreto a seriedade, o saber, a clareza, o equilíbrio, a discrição e a finura que caracterizam todos os seus escritos.



CONFERÊNCIA  
DE  
LUIZ VIANNA FILHO



## EVOCACÃO DE RUI BARBOSA

No momento em que me recebeis nesta douta e secular Academia, conferindo-me a honra insigne, qual a de ser um dos vossos, não acabo comigo atinar que razão se não a da extrema generosidade terá inspirado essa benévola distinção, ainda que me comoveram e confundiram as bondosas palavras do vosso eminente intérprete.

Tocaram-me elas profundo no reconhecimento, mas não me anularam em mim a convicção da minha desvalia ante o espectáculo que essa magnífica assembleia me depara.

Não foi certamente a actividade do politico que tenho sido em meu país, há quase meio século, o que vos levava a querer-me entre vós. Nem igualmente a do professor que há militado em sua terra, na cátedra do direito e da

história. Tão pouco do obscuro escritor, que tentara alguns ensaios históricos e umas poucas biografias de eminentes figuras do Brasil. Preferiria fosse ditado esse gesto vosso pelo meu entranhado amor à comunidade da nossa civilização, através de uma língua comum, como de longa data empenhei por ela o meu testemunho.

Vai por quatro décadas que, ao reascender-se no Brasil, a campanha em favor de uma língua brasileira, tive oportunidade de me opor à perigosa iniciativa. Por certo era pobre a palavra do advogado, que, entretanto, tinha em seu favor a beleza da causa, e a força de uma convicção. «Em nome da nossa própria civilização — dizia eu então — da nossa cultura, do nosso interesse, não haveremos de bipartir a grande língua comum.»

Os anos não me fizeram mudar. Longe disso, mais eles volvem, mais me acerco de Portugal, terra da minha terra, mais convivo com portugueses, gente da minha gente, mais se me arraiga a consciência da importância e da benevolência da nossa comunidade, que Deus guarde para glória da civilização lusíada.

Perdoai-me se vos falo de mim, quando devêra e desejara falar somente de vós. Fi-lo,

porém, para que melhor avaliásseis quanto me honraram e sensibilizaram os sufrágios com que me integrastes na vossa ilustre e secular Academia, permitindo-me fruir da vossa acolhedora companhia. Pertencem ambos os nossos povos a culturas que secularmente tiveram o gosto e a tendência de congregar os homens de espírito em cenáculos acadêmicos. Não faz muito que, na vetusta cidade do Salvador, celebrávamos os duzentos e cinquenta anos da fundação da Academia Brasílica dos Esquecidos, tentativa pioneira das que já sobrevivem, e cujas raízes talvez possamos encontrar na Academia dos Generosos, a qual antecedeu de um século a egrégia fundação do Duque de Lafões, que hoje nos reúne na imortalidade deste sodalício, onde a devoção à rica e admirável língua portuguesa constituirá sempre o primeiro dos deveres e o maior dos encantos, e, além do mais, o mais forte dos elos da nossa Comunidade, a luso-brasileira.

Realmente, tempo afóra, na história da solidariedade dos nossos povos, será a língua portuguesa o mais sólido de nossos vínculos, pois se outros há, e muitos outros ainda existirão como imperativos de ideias e aspirações comuns,

nenhum àquele excede. Duvidássemos dessa verdade, e bastar-nos-ia observar, em outras nacionalidades, a força congregadora dos idiomas. Ainda hoje, sobrepondo-se a terríveis vicissitudes, estão a Inglaterra e a França unidas cada qual às suas antigas colónias pela força da língua comum. Do mesmo modo que por duas vezes, neste século, os Estados Unidos e a Grã Bretanha se deram as mãos, vencendo as distâncias do Atlântico.

A mim, que venho da Bahia, a antiga capital da América Portuguesa, «pia baptismal da nacionalidade», como tão bem a cunhou a eloquência de António José de Almeida, não passará despercebida a feliz circunstância de haver o mesmo «verde ninho murmuoso de eterna poesia» presenciado o maravilhoso desabrochar, com intervalo de quase três séculos, os dois verbos mais altos e mais belos, que enaltecera a língua de Camões: António Vieira e Rui Barbosa. O primeiro, disse-o Carneiro Ribeiro, é «o padrão monumental de duas nacionalidades, que se abraçam e confraternizam na mesma ideia e no mesmo sentimento. Em verdade, em que pese a ter por berço Lisboa, do mesmo modo que no Brasil viu a luz o vosso grande Gonçalves

Crespo, não há como deixar de haver Vieira como filho espiritual da Bahia, onde lhe «madrugou o gênio», e onde lhe «surgiu a vocação». «Pelo segundo nascimento, disse-o ele próprio, devo ao Brasil as obrigações de Pátria». Foi ele para Afrânio Peixoto, tão vosso conhecido, «o primeiro baiano nascido fora da Bahia ...». O segundo, na expressão de Laudelino Freire, é o responsável, graças à publicação da *Réplica*, por que se radicasse «no coração brasileiro profundo amor ao cultivo e pureza da língua». Patrono da cultura no Brasil, possui ele, entre os muitos e insignes títulos que lhe exornam a vida e a singular personalidade, não somente o de membro desta Academia, mas também o de defensor infatigável e incomparável do idioma, imortalizado no poema de Camões. Dele disse sem favor Cândido de Figueiredo, o renomado estudioso da linguagem, que «pelo seu espírito e pelas suas obras, é o mais português de todos os escritores brasileiros». É também o maior.

Havendo vivido numa época em que muitos fizeram praça de ignorar e menosprezar o vernáculo, esmerou-se ele não somente em bem e correctamente falar e escrever, se não também

em clamar pela necessidade de cultuarmos a língua herdada a Camões, Vieira e Castilho. «Espécie de semi-deus da palavra falada e escrita», chamou-o o vosso inesquecível Júlio Dantas. E ao comemorar-se-lhe o jubileu glorioso, aqui diria o Visconde de Carnaxide: «A paixão da verdade, da beleza e da justiça pelo seu querido idioma, para este se conservar genuíno, castiço e imaculado, determina-o a ser, ele brasileiro, entusiasta e orgulhoso da sua pátria, quem mais se insurja contra os brasileirismos a conspurcar a língua portuguesa, banindo-os anatematizados da congregação literária, onde tem a incontestável autoridade de supremo pontífice». Que precisaria eu mais para aqui ainda uma vez evocar o nome tutelar da cultura brasileira.

O extraordinário, porém, é que, separados no tempo por quase três séculos, pareçam tão próximos, tão iguais um do outro, como frutos da mesma árvore privilegiada.

Ao traçar entre eles um paralelo, João Neves da Fontoura, o vigoroso tribuno, cuja palavra tanto exalçou a arte da oratória, assim confrontaria Rui e Vieira: «Nunca duas vocações para a tribuna brotam de uma consanguinidade

mais próxima, apesar dos quase duzentos e cinquenta anos que os separam. Rui está longe de ser um imitador de Vieira, mas a língua que fala é a mesma; a mesma a pureza das ideias que professa. Um trabalha na vinha do Senhor; o outro ara os campos calcinados da política. Como, entretanto, se parecem na rispidez das objurgatórias, na intransigência dos princípios, na causticidade das indiretas, na terminologia castiça, na audácia das metáforas, no jogo das perifrases, no choque das antíteses». É que ambos, acima de tudo, são florações maravilhosas da mesma língua, que cultivaram, e enriqueceram, dela retirando belezas até então desconhecidas pela pujança da dialéctica, a inteireza da forma, o vigor da eloquência. Dir-se-ia que para ambos, ela não possuía segredos, a bela flor do Lácio, a que emprestaram, a um só tempo, força e elegância, graças à sonoridade das frases, esculpidas de modo a haurir das palavras quanto pudessem proporcionar. Nem de outro modo, aliás, poderiam eles se inscrever entre os imortais construtores da língua. Num e noutro o génio fez-lhas sentir o que outros não haviam sentido antes deles, e ver o que outros ainda não tinham visto, fazendo o que outros ainda

não haviam logrado. Por isso foram grandes, e, como todos os que são grandes, inimitáveis.

De Vieira ainda nos chegam os ecos 'dos sermões com que fez vibrar as naves do seu tempo, nas várias capitais que perlustrou. Salvador, Lisboa, Roma, Estocolmo, Haia, em cada uma dessas comunidades deixou ele a marca inconfundível do talento do pregador, que ao mesmo tempo difundia a fé, fortalecendo e ampliando a língua portuguesa. Foi ele, certamente, a maior das dádivas feitas por Lisboa à sua irmã da América Portuguesa, a Bahia. E esta, como se quisesse retribuir de igual para igual, daria à língua portuguesa a figura estelar de Rui Barbosa, batalhador incansável em favor da conservação da língua comum, do seu culto, e do seu continuado aprimoramento. «Não nos lembra, proclama o seu mestre Carneiro Ribeiro, escritor algum, excluídos o Padre António Vieira e o fecundo António Feliciano de Castilho, em alguns dos seus passos que escreva e fale com a propriedade com que se exprime este exímio escritor».

Herdara ele do pai ilustre, o Dr. João Barbosa de Oliveira, o gosto à boa linguagem, e o trato com os seus clássicos. Graças ao zelo

paterno, cedo se familiarizara com os clássicos, que se lhe tornaram autores preferidos. Leu-os de lápis em punho, aprendendo-lhes as lições, que vertia em pequenos cadernos de notas, ou em laudas avulsas de papel. Eram os seus apontamentos de leitura. Ao morrer, dentre os seus papéis, prova do cuidado e do interesse com que amalhara aqueles bons exemplos de linguagem, foram eles encontrados. E é de admirar que antes mesmo da adolescência estivesse tão voltado para os problemas da gramática e do estilo. Ei-lo então a encher folhas e folhas com citações de Castilho, Frei Luís de Sousa, Vieira, Herculano e Camilo. Mais tarde seria a provisão que lhe permitiria de modo inesperado, e como se houvesse sido pela vida afora paciente profissional, terçar armas em defesa da correcção e da pureza de uma língua que imaginava dever, pela forma, vencer o tempo.

Através da longa existência permaneceria ele fiel à religião dos clássicos da língua acumulando o portentoso material de que, no começo deste século, se valeria para compor a *Réplica*, obra da qual diria Cândido de Figueiredo, após a ver com «olhos de português», que «ainda se não publicou obra mais profunda e mais pres-

tadia, em assuntos de língua portuguesa». Por toda a vida estivera ele a estudar e a anotar os grandes escritores, que lhe incutiram o zelo pela correcção da língua, maneira única de a conservar, aprimorando-a e adaptando-a às circunstâncias, exigências, e tendências de cada época. Bem sabia Rui que língua corrompida é língua morta. Daí a veemência com que barrou o passo àqueles que a qualquer título, uns por exagerado nacionalismo, outros por cómoda ignorância, buscaram outorgar título de legitimidade ao que chamaram de dialecto brasileiro, mera variação de linguagem constatada de região em região, de cidade em cidade, quando não de pessoa para pessoa.

Entretanto, melhor do que lhe evocar o pensamento é ouvirmos as suas próprias palavras: «Aqueles que educaram a faculdade da palavra na lição de escritos estrangeiros, que se afizeram a pensar num género de aravia cosmopolita, feita a esmo de quantos resíduos o contacto de idiomas peregrinos lhes foram embutindo na mente, que habituaram o ouvido a essa língua bastarda, a esse dialecto promiscuo, a esse falar incongruente e díscolo, perdendo o senso da vernaculidade, o tino da sua beleza, a inteli-

gência da sua harmonia, acabam por supor seriamente mais clara essa miscelânea amorfa, emburilhada e rude, esse português mestiço de entre lobo e cão ...». Em verdade, até que Rui levantasse a régua do censor, fazendo renascer o pudor nos que teimavam em apontar como coisa de somemos o falar bem ou o falar mal, o escrever certo ou o escrever errado, uma vez alcançado o objectivo imediato da comunicação oral ou escrita, era numerosa a corte dos que se jactavam de desconhecerem e contrariarem as regras mais comesinhas, desde as que ajudam a harmonia e o vigor das frases, até às que evitam as dissonâncias ou cacofonias, embora por vezes imperceptíveis a ouvidos menos educados ou exigentes, mas nem por isso menos perniciosas à eufonia.

Modesto, o censor não confiava na abundância da messe. E sabedor de quanto é difícil fazer tornar ao bom caminho aqueles descuidados da boa linguagem, ele assim haveria de falar-lhes: «Não me proponho a curar desse achaque os que o contraíram. Bem sei que dele raros acertam sarar. Na 'vergonhosa metamorfose por que está hoje passando o português' entre nós, 'homens aliás mui instruídos, verda-

deiros sábios em outras matérias, cometem crassos erros de linguagem'. Depois então que se inventou, apadrinhado com o nome insigne de Alencar e outros menores, o *dialecto brasileiro*, todas as mazelas e corruptelas do idioma que nossos pais nos herdaram, cabem na indulgência plenária dessa forma de relaxação e do desprezo da gramática e do gosto. Aquela *formosa maneira de escrever*, que deleitava os nossos maiores, passou a ser, para a orelha destes seus tristes descendentes, o tipo da inelegância e obscuridade. Ao sentir de tal gente, quanto mais ofender a linguagem os modelos clássicos, tanto mais melodias reúne; quanto mais distar do bom português, mais luminosidade encerra. As bossas da palavra recheiaram-se-lhe de francês, ligeiramente alardeado ou trufado às pressas de inglês e alemão. De todos esses idiomas, afinal, todos mal sabidos, árido na ciência de cada um apenas o *quantum satis* para o trato dos livros, que a profissão, ou curiosidade os atrai, fica-se-lhes sendo a nossa apenas a menos mal conhecida entre as várias línguas estrangeiras, cuja mistura cultivam».

Na realidade, pelo prestígio intelectual do sementeiro, e pelo vigor com que conduziu o

rumoroso debate, a colheita seria imensa. E aquilo que através de decênios de cuidadoso labor não haviam logrado, no Brasil, sábios e dedicados cultores da língua portuguesa, entre os quais devemos lembrar, para honra nossa, desde o velho dicionarista António de Moraes Silva, até Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis, Carneiro Ribeiro e Machado de Assis, houve de o conseguir Rui Barbosa. De facto, a polémica empolgou o mundo intelectual brasileiro. «A *Réplica* — escreveu José Maria Belo — realiza esta maravilha: uma discussão de gramático, que nos apaixona, que nos faz vibrar». A palavra do apóstolo como fazia renascer o evangelho da boa linguagem, da linguagem correcta, tal como a haviam usado os mais renomados clássicos portugueses. É mesmo extraordinário verificarmos que, havendo sacudido e despertado quantos liam e escreviam no país, a *Réplica* operou o milagre de erigir em crime de lesa cultura ignorar-se a colocação dos pronomes tal como a preconizavam Castilho e Camilo. De norte a sul abriram-se cursos de bem escrever. Os gramáticos ganharam foros de cidadania, enquanto a multidão dos letrados ou semi-letrados passou a envergonhar-se do

menor deslize contra as velhas e boas regras da linguagem.

Para a vida e a história da língua portuguesa, especialmente a língua falada e escrita no Brasil, o acontecimento foi de inexcusável importância. Não apenas por ser a *Réplica* divisor de águas, que separa nitidamente duas épocas. Mas principalmente, por haver representado um hiato, intervalo que proporcionou tempo para se meditar e examinar um assunto que fora atirado escada abaixo, sem qualquer consideração de outra ordem além da ignorância de muitos, o desejo de originalidade de alguns, e o nacionalismo de poucos. Rui fez o Brasil parar para pensar. E, mais do que isso, fez que se recuasse, voltando às origens do idioma ainda a tempo de assentar alguns princípios e regras que ainda hoje, em que pese a posterior reacção do modernismo, vigem como colunas mestras do idioma que falamos, e do qual nos orgulhamos. Esse, em nosso entender, o grande papel de Rui Barbosa, ao se empenhar, com o fervor de um apóstolo, em escoimar de incorrecções de linguagem o projecto do Código Civil. Para justificar a arremetida, por vezes impiedosa, escreveu que sendo a língua o veículo das ideias, quando não

for bebida na veia mais límpida, mais cristalina, mais estreme, não verterá estreme, cristalino, límpido o pensamento de quem a utiliza. A verdade, porém, é haver sido muito além do imaginado aprimoramento do Código Civil pois a *Réplica*, repitamo-lo, representou, no Brasil, em todos os tempos, o mais eficiente trabalho em prol da conservação e aperfeiçoamento da linguagem.

Por mais que se escoassem os anos, Rui Barbosa jamais abandonou os seus clássicos, aqueles a quem aprendera a amar com João Barbosa. E somente isso explica que ao se ver convocado para uma áspera polémica — tão ao gosto da época — a propósito da redacção do projecto de Código Civil, então revisto pelo eminente professor Carneiro Ribeiro, seu antigo mestre, pudesse acorrer sobraçando o que há de mais puro, mais castiço, na língua portuguesa. Das suas páginas vigorosas e encantadoras vemos levantarem-se desde Camões, «o maior dos antigos», segundo o chamou, até Herculano, para ele «dos modernos um dos maiores». E não custa sentirmos o amor com que evoca Frei Luís de Sousa, Vieira, Bernardes, Filinto Elysio, ou Rebelo da Silva. De cada qual deles ei-lo a citar

os exemplos com que justifica as boas normas do falar e escrever, neles se apoiando para censurar e emendar. De sua especial afeição foram Castilho António e Camilo Castelo Branco. Àquele, «dentre os mestres da língua», teve como o maior. E quanto a este subscreveu o que dele dissera o próprio Castilho ao nominá-lo «o mais opulento dos nossos clássicos».

Natural, portanto, que não fizesse concessões aos estrangeirismos, especialmente aos galicismos, pois não acreditava que «com essas trocas do português em francês» lucrasse «o discurso em colorido, em graça, em harmonia, em força, em clareza». Certamente sabia-os frequentes, se não insistentes em escritores famosos. Mas, nem por isso se dispunha a lhes dar guarida. «Há-de ser difícil, escreveu, deparar-se-nos 'bom escritor, que não tenha perpetrado galicismo'. Nos melhores, em geral, como Garrett e Latino, são principalmente verduras da mocidade. Outros, como Eça e Ramalho, os vão semeando quase toda a sua vida».

Bem se compreende, pois, fosse Rui Barbosa acusado de partidário de uma língua estática, anquilosada, imóvel. De facto, ele próprio se incumbira de ressuscitar esta opinião de Ar-

tur Azevedo e Artur Barreiros: «Mudemos de política, de amores, de vestuário, que tudo isso é moda; mas conservemos uma língua uniforme, que seja entendida de todos nós, sem atravancá-la de impurezas, que lhe desdoiram o brilho e lhe corrompem a índole». Não significa, porém, essa evocação não tivesse ele perfeita ideia de quanto as línguas são vivas, e por isso mesmo mutáveis. Antes o confirma. Mas, entre a lenta e natural evolução da linguagem e a sua apresada transformação, com sacrifícios das estruturas e da sintaxe, dista evidentemente um mundo. E foi esse mundo que Rui Barbosa, em boa hora, não quis transpor. De José Maria Belo é esta judiciosa observação: «Muito cedo, habituou-se Rui Barbosa, pelo exemplo paterno, a cultivar a pureza do idioma. O trabalho dos velhos autores, o interesse pelas especulações filológicas, o manusear constante dos dicionários e a paciência do erudito apuraram-lhe facilmente a faculdade natural de expressão, o dom verbal, que será, em todos os tempos, a característica do seu génio. O sentimento de equilíbrio impediu-o de imobilizar-se no preciosismo literário das formas arcaicas. Daí, o singular encanto da sua linguagem: a plasticidade, a elegância, a

harmonia dos escritores modernos casando-se à força e à pureza de alguns dos velhos mestres portugueses». É Rui em corpo inteiro.

Apesar de cioso da sua fidelidade aos clássicos da língua, nem por isso seria insensível à acusação de estar apegado a anacrônicos arcaísmos. Do apodo defendeu-se Rui vigorosamente:

«Na arguição que se me faz, de purismo e tendência ao gosto arcaico, há injustiça, que suposto rebatida pelo simples aspecto de todos os meus escritos, demandava aqui exame, atenta a ocasião da censura, que me irroga a propósito da forma por mim dada ao substitutivo (*Código Civil*). Não sou dos que precisem ser catequisados à verdade científica da evolução dos idiomas. Meu trato dos antigos escritores portugueses não me levou ao fetichismo da antiguidade vernácula, não me converteu em amouco dos vícios do classicismo, não me divorciou dos estudos hodiernos sobre as leis da vida orgânica das línguas ... Usado a buscar nas fontes antigas os veios preciosos do oiro fino, que elas escondem ao modernismo pretensioso e ignaro, amo e uso também a linguagem de meu tempo, esforçando-me, entretanto, por lhe evitar os defeitos».

Em verdade, foi trabalhando e burilando uma língua que evolui, sem contudo perder a sua pureza e a sua unidade, que Rui Barbosa se ergueria às alturas dos mais altos expoentes das letras portuguesas, certamente o mais alto em terras do Brasil. O que mostra não ser mister enveredar pelos neologismos vocabulares, ou pelas construções sem legitimidade nos foros da boa linguagem, para conquistar os aplausos dos auditórios, ou o reconhecimento dos leitores.

No Brasil não há notícia de quem se lhe avantajasse na arte de falar e de escrever, pois a uma e outra ele enalteceria com os dons de artista incomparável.

É certo que por artista não se quisera ele ter. E ao se aventar, em 1918, que lhe celebrassem o jubileu literário, logo saiu a campo para protestar contra a sugestão. Por que se exaltar o artista, se a palavra e a pena não lhe haviam servido senão como «instrumento espontâneo de luta»? Tanto mais que a glória a que talvez se julgasse com direito não era outra senão aquela mesma que coroara Vítor Hugo, cuja grandeza estaria menos nos versos do poeta do que nos panfletos contra Napoleão III. Enganava-se, no entanto. Na realidade, das estrelas

que lhe iluminam a imortalidade nenhuma será mais luzente do que aquela que assinala o artista, o extraordinário artista da palavra e da pena, em suma o orador e o escritor.

Do escritor bem disse Homero Pires que sob esta luz foi ele «filho mimoso da fortuna». Todas as graças o coroaram. Por que nenhuma lhe faltou. O seu estilo tem tudo o que pode tornar um grande estilo: movimento, clareza, unidade, persuasão, calor, harmonia, variedade, abundância, lógica, nobreza, gosto, simplicidade, ironia, sarcasmo, propriedade, delicadeza, elegância, vivacidade, arrojo, finura, majestade, capricho no dizer, escrúpulo na escolha das expressões, entusiasmo, realce da frase, sempre tersa, sempre límpida, sempre donairoso». Daí haver afirmado José Maria Belo que «seus escritos perpetuar-se-ão pela forma, que, afinal, vale tanto quanto a ideia ou é menos efémera. Ficarão por si sós, pela beleza artística que realizaram». De facto assim é. E ainda mais ninguém, no Brasil, Machado de Assis ou Joaquim Nabuco, Gonçalves Dias ou João Francisco Lisboa, logrou colocar-se, como escritor, acima de Rui Barbosa. Para alcançar essas eminências não se desfez Rui Barbosa dos seus compromissos com

os clássicos, como se para subir necessitasse alijar o peso incômodo de velharias. Longe disso: foi pela mão dos clássicos, de Vieira e Castilho, de Filinto e Herculano, que ele se alçaria tão alto. «Rui Barbosa — dá-lo Homero Pires — tem íntegra a sintaxe da língua. A sua construção pode-se, sem engano, dizer clássica. Nele os vocábulo são todos comuns, triviais, do uso de nós todos, o que não é raro de ver na sua prosa. Mas a sintaxe, esta é sempre portuguesa de lei, vibra como a velha funda lusitana».

Mas, se o escritor é admirável, pois a «sua prosa, segundo Sílvio Romero, tem todas as modulações, todos os tons, todos os aspectos, conforme o assunto, o sentimento da ocasião», o orador talvez ainda seja maior. «Certo, não surgiu ainda no Brasil gênio verbal comparável ao seu». Tendo posto a palavra ao serviço das mais nobres causas do seu tempo, às quais se deu por inteiro, com paixão e bravura, gravou nas suas orações algumas das páginas mais belas e mais fortes da língua portuguesa. Na Tribuna parlamentar, na judiciária, na académica, em cada uma delas soube, conforme as circunstâncias, usar, o timbre e o estilo reclamado pela oportunidade. Tanto dilacera o antagonista

quanto o fere com o estilete de uma ironia. Compõe os painéis das tenebrosas procelas, que fazem tremer os auditórios maravilhados, ou evoca os mais nobres e delicados sentimentos como se fossem suaves e bucólicos regatos a serpearem por entre plateias emocionadas e extasiadas. Tão grande orador que, para ponto de referência da sua grandeza, não costumam encontrar senão Cícero e Vieira, a quem se diz haver devido as chaves do mestrado. «A sua língua e o seu estilo são a mesma língua e o mesmo estilo de Cícero e de Vieira», escreveu um dos críticos mais autorizados. Não faltou, porém, quem dissesse que «nem Vieira mas somente Cícero lhe pode suportar o confronto. É a mesma a pureza de língua, a mesma a perfeição das gradações, o mesmo o jogo das antiteses, o mesmo o luxo verbal que permite dizer de Cícero ou Rui aquilo que Lemaître diz de Vítor Hugo: «O rei da palavra, o dono da cor e da música na língua francesa».

Bem hajas, Rui Barbosa, que assim houvesse pensado e agido, defendendo o idioma comum, e impedindo viesse a transformar-se numa algaravia que acabaria por não ser bem

e correntemente entendida, nem de um lado, nem de outro do Atlântico. Bem haja, que assim houvesse pensado e agido, transformando-te a ti mesmo no exemplo mais eloquente da força e beleza do génio da nossa língua.